



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Petry Rahmeier, Andrea Helena

As relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no período de 1937 a 1942

História Unisinos, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 168-178

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866792005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# As relações diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no período de 1937 a 1942

Diplomatic relationship between Germany and Brazil from 1937 to 1942

Andrea Helena Petry Rahmeier<sup>1</sup>  
deapetry@gmail.com

---

**Resumo:** O artigo aborda as relações diplomáticas, políticas e militares entre Alemanha e Brasil, no período de 1937 a 1942. A base documental foram os arquivos políticos, militares e diplomáticos existentes no Arquivo Nacional Alemão (*Bundesarchiv*), nos departamentos denominado de *Reich* (*Abteilung Deutsches Reich*) e militar (*Abteilung Militärarchiv*) e no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*). Nesses arquivos estão os registros governamentais do III *Reich*, tornando possível compreender a relação da Alemanha com o Brasil. As relações diplomáticas, políticas e militares entre os dois países, nesse período, foram caracterizadas por descontinuidades, isto é, a política externa era guiada pelas circunstâncias e não por uma continuidade ideológica. A partir de 1939, quando se iniciou a guerra, também houve as interferências da realidade da guerra. Para a realização da pesquisa e o tratamento das fontes, buscou-se aporte teórico-metodológico na história política, na análise de discurso através da intertextualidade e nas discussões sobre relações exteriores.

**Palavras-chave:** relações exteriores, governo Vargas, *III Reich*.

**Abstract:** This article discusses the diplomatic, political and military relations between Germany and Brazil from 1937 to 1942. The basis for research was the military, diplomatic and political documentation found at the German National Archive (*Bundesarchiv*), in the section that contains the documents of the historical period identified as *Reich* (*Abteilung Deutsches Reich*), the military section (*Abteilung Militärarchiv*) and at The Federal Foreign Office (*Auswärtiges Amt*). The diplomatic, political and military relations between the two countries in that period were not continuous, as the foreign policy was guided by the prevailing circumstances rather than by an ideological continuity. From 1939 onwards, they were influenced by the reality of war. The theoretical-methodological contributions of political history, discourse analysis through intertextuality and at the discussions on foreign relations were used to conduct the research project and to handle the sources.

**Key words:** foreign relations, Vargas government, *III Reich*.

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Municipal de São Leopoldo e das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. Doutora em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

As relações entre Brasil e Alemanha, no período de 1930 a 1942, foram caracterizadas por descontinuidades, pois foram guiadas pelas circunstâncias. Esse texto é um resumo da tese de doutorado, defendida em março de 2009, intitulada “Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)”, a qual se baseou na documentação política, militar e diplomática das instâncias alemãs das respectivas áreas, comparando-as com a produção historiográfica brasileira. Em razão do espaço delimitado de um artigo, optou-se por não fazer constar todas as fontes ou referências bibliográficas utilizadas para fundamentar algumas conclusões, mas sim indicar o trecho da tese em que estão expressas as fontes, as referências e o detalhamento do assunto em questão.

Toda a documentação utilizada para a escrita deste texto advém do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*<sup>2</sup>), doravante AA, com seus documentos diplomáticos, do Arquivo Nacional Alemão, no que se refere aos assuntos relacionados com o período da história alemã denominado de *Reich* (*Bundesarchiv – Abteilung Deutsches Reich*<sup>3</sup>), e do Arquivo Nacional Alemão sobre as questões militares (*Bundesarchiv – Abteilung Militärarchiv*)<sup>4</sup>. A utilização desse tipo de documentação se justifica porque esses são os órgãos, na Alemanha, responsáveis pelo assunto de que trata o presente artigo; consequentemente, têm os registros oficiais do governo alemão sobre a temática. No que se refere à documentação, diversos são os trabalhos já escritos (Alves, 2002; Corsi, 1993; Seitenfus, 1985; Moura, 1980; Gambini, 1977; Hilton, 1977), que foram a base para o questionamento da documentação alemã. Todavia, para analisar este período, é necessário compreender o contexto das relações políticas e os assuntos que interferiram diretamente no rumo da política adotada pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para com o Brasil. Neste sentido, foi preciso entender a atuação do partido nazista no Brasil e a política do *Deutschstum*. Entretanto, estes assuntos foram abordados de forma mais superficial, porque o que interessava era entender o quanto o partido nazista e o *Deutschstum* influenciaram e modificaram a atuação do *Auswärtiges Amt* e a relação diplomática da Alemanha com o Brasil nos anos de 1938 e 1939. Para isso, recorreu-se à historiografia existente na Alemanha (Moraes, 2005; Luther, 2004; Gaudig e Veit, 1997; Müller, 1997; Bartelt, 1991; Harms-Baltzer, 1970) e no Brasil

(Dietrich, 2007; Santana, 2005; Sant’Ana 1991; Gertz, 1991; Seyferth, 1982; Magalhães, 1998). Quer dizer, estes temas, de forma indireta, tiveram uma relação importante com o desenvolvimento deste texto, pois foram essenciais para compreender os problemas que ocorreram em 1938 e 1939 na política diplomática da Alemanha para com o Brasil. Então, a tese e, consequentemente, este artigo foram frutos de um minucioso trabalho de análise historiográfica e documental sobre as relações exteriores da Alemanha com o Brasil.

O estudo dessa documentação teve o cuidado de tentar averiguar por quem e para quem foram escritos os documentos. Isso proporcionou a análise do conjunto das informações elaboradas pelos diplomatas alemães sobre o assunto, dando condições de fazer uma intertextualidade entre os mesmos, isto é, tentar entender melhor a linha de raciocínio dos diplomatas e não apenas conhecer afirmações avulsas, sem uma contextualização de cada um dos documentos analisados (Orlandi, 2005).

No tocante à teoria utilizada, entende-se história política como o resgate do papel e da importância do político sem recair na tradicional história política com viés positivista, ou seja, busca-se entender se os homens são genuínos sujeitos históricos ou meros atores dentro de uma estrutura de poder (Sega, 2002). Outra característica fundamental é que, na história ocidental, o político se confunde com a nação e com o Estado. Sendo assim, os acontecimentos políticos podem ser os fundadores das mentalidades, uma vez que soldam a lembrança de uma geração, tanto de forma positiva quanto negativa (Rémond, 1996).<sup>5</sup>

A metodologia adotada na pesquisa foi o cruzamento fotocopiado e fotografado da correspondência e de outros documentos arquivados em cada um dos ministérios e dentro de cada órgão governamental, gerando uma análise sinótica da documentação diplomática e militar alemã.

## As relações da Alemanha com o Brasil

Fazer uma análise dos fatos desses anos como sendo um único contexto induz a incoerências e generalizações, minimizando o intenso e rico processo histórico.

No período anterior a 1939, houve certa permanência de estruturas políticas e diplomáticas nas relações

<sup>2</sup> É interessante observar que esse arquivo, até 1999, estava em Bonn. Naquele ano, iniciou-se a transferência do arquivo diplomático para Berlim. Isso ocorreu porque, desde 1990, houve o processo de unificação entre a Alemanha Ocidental e a Oriental. Outro dado relevante é a atualização/alteração na nomenclatura dos documentos. Sendo assim, se comparadas citações de obras publicadas antes de 1990 com as utilizadas nesse artigo, existem diferenças.

<sup>3</sup> Esse arquivo herdou, após a unificação alemã, a documentação do *Berlin Document Center*, no qual, em muitos casos, houve alteração da nomenclatura.

<sup>4</sup> As duas primeiras instituições localizam-se em Berlim, e a última, na cidade de Freiburg. A seleção dos documentos foi realizada no segundo semestre de 2006.

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre as diferenciações teóricas em história política, recomendam-se os textos de Gertz (1999), Sega (2002) e Rémond (1996).

entre a Alemanha e o Brasil e não houve uma presença das forças armadas. Nesse período, isso está relacionado ao fato de que o regime político adotado por Adolf Hitler, na Alemanha, era totalitário e, como tal, tinha um partido político único, NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*,<sup>6</sup> ou partido nazista, uma polícia secreta, sendo possível somente ao líder interpretar ou corrigir a ideologia. A tomada do poder por Adolf Hitler ocorreu num período de certa calmaria nas relações entre as nações, em 1933, pois o conflito mundial não havia iniciado. Mesmo havendo um ambiente de revanchismo, uma guerra ainda não estava no horizonte, tanto que não foi dada a devida importância, pelos demais países, ao processo de rearmamento que passou a ser intensificado na Alemanha. O novo modo de governar, aos poucos, foi alterando a política interna; entretanto, somente depois de alguns anos, houve certo consenso interno, que ocorreu através de uma progressiva interferência nos ministérios. Para isso, foram utilizados os mais variados meios de propaganda para difundir os ideais nazistas, além de se criarem leis restritivas para a população e se eliminarem, ou subordinarem, os poderes legislativo e judiciário ao comando de Hitler.

Após quatro anos, foram provocados rearranjos políticos dentro da estrutura governamental alemã. Assim, alteraram-se os rumos da política interna, e, posteriormente, houve ajustes mais profundos na estrutura da política externa. Nesse caso, o processo foi mais lento, e a redefinição dos interesses estratégicos voltados para os interesses do partido nazista no Brasil foi gradual. Somente em 1938, percebe-se uma interferência na estrutura do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, com a nomeação de Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop<sup>7</sup>, um partidário convicto do NSDAP, para o cargo de ministro. Nesse momento, a troca de ministros deixou clara a nova conjuntura: passou-se de um ambiente gerenciado por diplomatas de carreira para um grupo vinculado às ideias do nacional-socialismo (Rahmeier, 2009, p. 56 e ss.). Essa reestruturação, na Alemanha, fazia parte do modo de governar do regime totalitário adotado pelo país, não podendo ser feita uma relação direta com o início da organização para a guerra, pois essa foi uma consequência da nova forma de governo e não a geradora desse regime político.

Ao comparar o processo de estruturação do nazismo com as ações do regime de Vargas, percebe-se que houve similaridades, por se tratar de dois regimes autoritários. Entretanto, é preciso frisar que Hitler adotou um regime

totalitário, e Vargas presidia um regime de características apenas autoritárias. Isto é, Vargas foi centralizador, mas não estava baseado numa estrutura partidária, tanto que uma das suas primeiras ações foi abolir todos os partidos. Outra característica do governo de Vargas foi o fato de que suas ações não interferiram tão profundamente na vida dos cidadãos brasileiros.

Até fins de 1937, houve certa proximidade política entre os governos de Getúlio Vargas e de Adolf Hitler; todavia, havia entendimentos divergentes sobre a concepção de nacionalidade. Isso porque o conceito de nação alemã remetia a um passado em comum, e o brasileiro tentava projetar um futuro em comum. Essas divergências tiveram pouca importância no período em que ambos os países estavam estruturando sua política interna e externa, isto é, até fins de 1937. Todavia, a partir de 1938, com as novas leis nacionalizadoras do governo brasileiro, ocorreu o choque entre as posturas assumidas em relação ao nacionalismo, pois o governo brasileiro passou a desejar e impor leis que exigiam que seus habitantes demonstrassem traços identitários e de patriotismo. Para tanto, a população deveria evidenciar características de uma vivência em comum, dentre elas, o uso da língua portuguesa no dia a dia, a desvalorização de símbolos culturais de outros países e o serviço militar obrigatório prestado no Brasil.

Ainda que essas concepções diferentes constituíssem fontes de tensões, continuava a haver razões de aproximação. Assim, o grande interesse alemão nas relações com o Brasil era o comércio, porque a Alemanha carecia de matérias-primas diversificadas e produtos agrícolas, e também necessitava de um mercado consumidor para seus inúmeros produtos industrializados. Já o Brasil possuía uma diversidade de matérias-primas e também desejava consumir muitos produtos manufaturados. Dessa situação, ambos os países usufruíram de inúmeras vantagens através do comércio de compensação, pois este possibilitou atender às intenções comerciais de ambos os lados. As relações comerciais estiveram em franco crescimento até o início da guerra na Europa.

O comércio era o assunto-chave nas relações diplomáticas. Torna-se relevante informar que o comércio não foi atingido pelos problemas políticos gerados pela ruptura parcial das relações políticas e diplomáticas entre Alemanha e Brasil, no decorrer do ano de 1938. Os dados analisados para a tese demonstraram que houve um crescimento da demanda tanto na importação quanto na exportação entre os dois países. Outra informação relevante é que, nos países em que a Alemanha, já a partir de

<sup>6</sup> Nesse texto, os termos NSDAP, partido nazista e nacional-socialismo serão usados como sinônimos.

<sup>7</sup> Ullrich Friedrich Willy Joachim von Ribbentrop nasceu em Wesel, em 30 de abril de 1893, e foi condenado à morte em Nuremberg, sendo executado em 16 de outubro de 1946. De 1938 a 1945, foi o ministro de Relações Exteriores da Alemanha. As diversas fontes pesquisadas não apresentam dados sobre a atuação diplomática de Von Ribbentrop antes de 1934, quando foi criado, por Hitler, um cargo específico para Ribbentrop dentro do Ministério de Relações Exteriores.

1934, passou a manter relações comerciais mais intensas, as representações diplomáticas foram elevadas ao nível de embaixada, no decorrer do ano de 1936, caso do Brasil, Argentina e Chile (Rahmeier, 2009, p. 74 e ss., 121 e ss. e 185 e ss.).

Outro fator que propiciava proximidade entre a Alemanha e o Brasil eram as relações militares. Na década de 1930, o referencial de poder, no sistema internacional, era a capacidade militar de cada país. Para atingir esse objetivo, o *III Reich* promoveu duas ações distintas: o desenvolvimento e a produção de armas e a retomada do serviço militar obrigatório (1935). Ambas as ações interferiram diretamente nas relações com o Brasil, a primeira de forma positiva e a segunda de forma negativa. A retomada da produção de armamentos e o comércio de compensação possibilitaram às forças armadas brasileiras assinar contratos, em março de 1938 e julho de 1939, para a aquisição de armas junto a um conjunto de empresas alemãs, lideradas pela Krupp. Essas tratativas aproximaram os militares dos dois países, pois ambos saíram ganhando. Os militares brasileiros estavam desejosos em aparelhar o exército, e o governo alemão estreitava ainda mais as relações com o Brasil. A questão do serviço militar, até fins de 1937, pouco interferiu nas relações exteriores, mas gerou discussões na política interna brasileira e certo descontentamento. Durante o ano de 1938, o serviço militar para os jovens com dupla cidadania (*Reichsdeutsche*<sup>8</sup> e brasileiros) foi sendo deixado de lado, mesmo que não houvesse, oficialmente, um desfecho para a questão (Rahmeier, 2009, p. 82 e ss., e 126 e ss.).

No início do choque dos ideais nacionalistas, em dezembro de 1937, Karl Ritter<sup>9</sup> assumiu o posto diplomático no Rio de Janeiro. Esse personagem era um dos principais diplomatas na área econômica e sua nomeação foi proposital, pois a intenção do AA era ampliar ainda mais as relações comerciais. Entretanto, a situação política gerou complicadores, e Ritter não tinha prática para contorná-los, pois era a primeira vez que atuava num posto diplomático.

A Campanha de Nacionalização levada a efeito nas comunidades de descendentes de imigrantes alemães, principalmente no início de 1938, não constituiu um entrave decisivo nas relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil. Diferente foi o momento em que essas ações atingiram os *Reichsdeutsche*, pois, nesse caso, Ritter tinha como função defender os interesses de cidadãos alemães

junto ao governo brasileiro. Quando foram proibidos, oficialmente, os encontros dos membros do partido nazista que eram cidadãos alemães, Ritter teve uma atuação muito rígida, que levou a outros complicadores.

As ações da Campanha de Nacionalização, naquilo que se refere à educação dos *Reichsdeutsche*, no decorrer de março e abril de 1938, foram, sim, um entrave nas relações entre Alemanha e Brasil. Isso porque por parte do governo e da diplomacia germânica havia o entendimento, baseado na sua concepção de nacionalismo, de que os cidadãos daquele país deveriam receber ensino na língua alemã. Entretanto, em fins de abril de 1938, a diplomacia alemã determinou que todas as suas escolas no Brasil deveriam seguir as leis do país. Assim, deveria passar-se ao ensino em língua portuguesa e os diretores deveriam ter cidadania brasileira. Essa decisão foi tão clara que, dessa data em diante, o tema educação deixou de ser abordado por Ritter nas negociações junto ao governo brasileiro (Rahmeier, 2009, p. 91 e ss.).

Dois assuntos tiveram enfática defesa por parte de Ritter. Um deles era a ofensiva que a imprensa brasileira estava empreendendo contra o governo alemão e contra seus cidadãos, durante os primeiros meses de 1938. O outro tema foram as questões relacionadas ao partido nazista, tanto a prisão de cidadãos alemães por serem partidários, quanto a proibição de atuação do NSDAP no Brasil (decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938). Essas questões motivaram reclamações e reivindicações nas audiências de Ritter com autoridades brasileiras (Rahmeier, 2009, p. 96 e ss.).

Em 1938, em nível mundial, havia uma união forçada entre a diplomacia alemã e o NSDAP. No Brasil, com a lei que proibia os partidos estrangeiros, houve um aceleramento desse processo. Esse fato ficou explícito quando o chefe do partido nazista local, Hans Henning von Cossel<sup>10</sup>, em junho de 1938, adquiriu a imunidade diplomática porque passou a ocupar o cargo de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Nesse momento, von Cossel pôde exercer, na clandestinidade, seu papel de chefe do NSDAP no Brasil, pois a embaixada havia incorporado, na sua estrutura organizacional, o representante do partido nazista no Brasil. Contudo, a partir do início do conflito na Europa, as ações do NSDAP passaram a ser subordinadas à ação dos diplomatas, porque o principal interesse era a manutenção da neutralidade, que estava a cargo da diplomacia e não mais do partido. Quer dizer,

<sup>8</sup> Nome informal dado aos alemães de nascimento, isto é, aos habitantes do reino alemão (período de 1871-1945).

<sup>9</sup> Karl Ritter nasceu em 1883 e faleceu em 1968. Em 1922, iniciou a carreira diplomática. De 1924 a 1937, exerceu o cargo de diretor do setor de economia do AA. Em 16 de junho, foi nomeado embaixador alemão no Rio de Janeiro. Chegou ao Brasil em 8 de dezembro e, em 14 de dezembro, entregou as credenciais a Vargas. Conforme Lopes (2008, p. 318), Ritter, antes de começar carreira diplomática, trabalhou no Instituto Econômico do Estado e no Ministério da Fazenda. Sendo assim, sua carreira não foi construída como a dos demais servidores do AA, faltando-lhe experiência na prática da diplomacia e sobrando na área econômica.

<sup>10</sup> Hans Henning von Cossel, cidadão alemão, desde 1933 era o chefe do partido nazista no Brasil. De junho de 1938 a 1942, também exerceu as funções de adido cultural da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro.

depois de 1939, houve uma inversão na lógica: em 1938, o partido poderia agir sem interferência da diplomacia, pois von Cossel fazia parte da estrutura da embaixada, mas suas ações partidárias não estavam subordinadas à diplomacia. Já em 1939, a diplomacia passou a responder pelas ações do partido (Rahmeier, 2009, p. 154 e ss.).

A posição adotada por Ritter no primeiro semestre de 1938, nas relações diplomáticas com o Brasil, estava em sintonia com os objetivos considerados relevantes pelo AA. É importante lembrar que esse foi o período auge da intervenção nazista dentro do *Auswärtiges Amt*, quando, efetivamente, as questões da preservação étnica, o *Deutschctum*, eram mais valorizadas que as relações diplomáticas tradicionais. Entretanto, uma ação de Ritter não foi respaldada pelo AA: trata-se da indelicadeza diplomática cometida em 21 de maio<sup>11</sup>. Contudo, para o governo brasileiro, esse ato foi a “gota d’água” para inviabilizar a atuação desse diplomata em solo brasileiro, fato que resultou na sua declaração como *persona non grata*. Como consequência, a Alemanha desencadeou uma ação de reciprocidade, isto é, Muniz de Aragão, embaixador brasileiro em Berlim, foi considerado *persona non grata* na Alemanha. Percebe-se que o cerne da questão era o choque entre as ideias de nacionalismo, pois Ritter defendia que os cidadãos alemães deveriam poder praticar o *Deutschctum*, o que incluía o direito à participação e a demonstrações partidárias do NSDAP, e o governo brasileiro desejava criar a nação do futuro, onde todos os que morassem no país deveriam ter uma cultura em comum (Rahmeier, 2009, p. 139 e ss.).

A retirada dos embaixadores criou um problema nas relações políticas entre ambos os países, mas não houve grandes reflexos nas relações comerciais ou militares. Essas permaneceram em desenvolvimento, situação que demonstra que o contexto histórico interferiu nas relações políticas, mas não nas econômicas e militares.

No segundo semestre de 1938, assumiram a chefia das embaixadas os encarregados dos negócios: von Levetzow, no posto do Rio de Janeiro, e Graça Aranha, no posto de Berlim. Eles tiveram uma atuação mais amena, principalmente, por parte da diplomacia alemã. Primeiro, porque não se pretendia tensionar os frágeis elos políticos que se estavam retomando. Segundo, porque von Levetzow não tinha representatividade para discutir temas de maior complexidade, podendo recorrer apenas a algumas relações pessoais para intervir nos assuntos referentes aos cidadãos alemães. Em 8 de fevereiro de 1939, dentro do

AA, foi definido, pela primeira vez, que era o momento de pensar em reconduzir um embaixador para o posto do Rio de Janeiro, pois só ele seria capaz de retomar as discussões sobre a proibição do NSDAP e sobre a Campanha de Nacionalização efetivada entre os cidadãos alemães no sul do Brasil (R-104942 do PAAA, Band 4, 08/02/1939).

Em 27 de fevereiro, novamente o departamento de política reavaliou que seria o momento de enviar um embaixador para o Rio de Janeiro. Joachim Freytag<sup>12</sup> considerou isso em função da demonstração de apreço do presidente brasileiro pela Alemanha, pois Vargas iria enviar seu filho, Lutero Vargas, por seis meses, para estudar na Universidade de Berlim, conforme havia comunicado Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim. Todavia, em documento elaborado pelo próprio Freytag, de 28 de março de 1939, percebe-se que a afirmação de que Lutero Vargas iria estudar na Alemanha, feita em fevereiro, foi uma jogada na tentativa de conseguir alguma vantagem. Isso porque, nessa data, Graça Aranha, encarregado dos negócios da Embaixada Brasileira em Berlim, e Lutero Vargas tiveram uma audiência no AA. Nessa ocasião, Lutero afirmou que ficaria mais um mês no país, mas tinha interesse em seguir seus estudos na Alemanha. Na sequência, Freytag ligou para o *Iberoamerikanisches Institut* e conseguiu uma bolsa de estudos para Lutero (R-104942 do PAAA, Band 4, 28/03/1939).

As relações diplomáticas plenas entre a Alemanha e o Brasil foram retomadas em setembro de 1939, quando Ciro de Freitas Vale assumiu como embaixador brasileiro em Berlim, e Curt Max Prüfer como embaixador alemão no Rio de Janeiro. Esse também foi o momento em que iniciou a guerra na Europa. Entre os beligerantes estavam a Alemanha, a França e o Reino Unido. Os pontos de referência da vida política se diluíram. Na Alemanha, esse processo já havia se concretizado e, de certa forma, no Brasil também, pois os parlamentos de ambos os países estavam fechados e os jornais já passavam por um controle estatal. Contudo, o contexto de guerra obrigou a diplomacia e o alto comando das forças armadas da Alemanha, paulatinamente, a entrelaçarem seus interesses. Os militares alemães acompanharam, principalmente, as mudanças na legislação brasileira, em função da guerra, e as relações desse país com a Alemanha e com outros países, além de sistematizarem informações sobre o transporte marítimo e a movimentação dos portos latino-americanos (Rahmeier, 2009, p. 198 e ss.).

<sup>11</sup> Conforme relato de Ritter, Osvaldo Aranha o havia convidado para um baile em homenagem ao ministro das Relações Exteriores do Chile. Naquele momento, agradeceu e disse que não poderia dançar em um baile enquanto cidadãos alemães estavam presos injustamente. Na sequência, Osvaldo Aranha afirmou que, nesse sentido, o embaixador brasileiro em Berlim também passaria a não aceitar mais convites do governo alemão. Ritter respondeu que não era preciso dar essas instruções, pois o embaixador brasileiro não seria mais convidado, enquanto o NSDAP estivesse proibido no Brasil (Rahmeier, 2009, p. 150).

<sup>12</sup> Joachim Freytag nasceu em 1888 e faleceu em 1962. Iniciou a carreira diplomática em 1912 e, em 1937, passou a atuar no AA, no departamento de política IX, que se referia à América (Keipert e Grupp, 2004). Esse personagem foi um dos principais interlocutores dos embaixadores alemães do Rio de Janeiro.

Entre setembro de 1939 e junho de 1941, ainda se manteve o predomínio das relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil. Esse fato iria se alterar, a partir do segundo semestre de 1941, e, em 1942, a preponderância passou a ser de ações militares em detrimento das políticas e/ou diplomáticas.

Com o início da guerra, as relações entre a Alemanha e a América Latina tinham um único objetivo: a manutenção da neutralidade dos países latino-americanos para com o governo alemão. Por isso, após cada nova conquista territorial da Alemanha, todas as missões diplomáticas na América Latina deveriam averiguar se permanecia a posição de neutralidade dos países em que estavam atuando. Os avanços territoriais da Alemanha geraram reuniões de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores das Américas, também denominadas de Conferências Pan-Americanas. Estas provocaram grandes preocupações no *Auswärtiges Amt*, pois havia o medo de que fosse efetivada uma declaração conjunta de guerra à Alemanha pelos países americanos.

Nesse sentido, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro cuidou para que as ações executadas pela diplomacia não fossem muito agressivas e acabassem interferindo na manutenção da neutralidade. Por isso, os temas Campanha de Nacionalização e proibição do partido nazista passaram a ser abordados de forma secundária pelo embaixador alemão, no Rio de Janeiro, junto ao governo brasileiro. No contexto de guerra, esses assuntos pouco foram citados na correspondência entre os diplomatas alemães, demonstrando a pouca importância deles nas discussões internas do *Auswärtiges Amt*.

Uma das características da imprensa é ser utilizada para influenciar as pessoas, ampliando sua atuação durante a guerra. A Alemanha e os Estados Unidos tentavam criar e divulgar ideias de seu interesse pelos meios de comunicação existentes no Brasil, ou que atingiriam parte da população deste país. O governo brasileiro, a partir de 1941, tentou barrar algumas dessas ideias, quando proibiu todas as publicações em língua estrangeira. Entretanto, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro passou a publicar textos nas edições em língua portuguesa. A Alemanha, o Brasil e os EUA tentavam criar e divulgar ideias pelos meios de comunicação, fazendo a propaganda que lhes convinha. No Brasil, a partir de 1941, tentou-se barrar os ideais nazistas divulgados em outro idioma, além do nacional. No entanto, desde abril de 1940, a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro publicava algumas ideias em edições na língua portuguesa.

O principal interesse da Alemanha consistia em manter a neutralidade dos países latino-americanos e em

garantir que, ao término da guerra, as relações comerciais retornassem à sua plena normalidade. Para assegurar isso, o AA enviou, em diferentes momentos após 1939, para todas as missões diplomáticas na América Ibérica, correspondências reafirmando a necessidade de neutralidade dos países latino-americanos e amarrando acordos comerciais futuros. Nesse rol de tentativas, incluem-se as negociações com o governo brasileiro, em junho de 1940. Isso descharacteriza a ideia, até então difundida na historiografia, de que as propostas alemãs de implementação da siderurgia e do comércio de manufaturas foram fruto dos discursos de Vargas de 11 e 28 de junho de 1940 e não de uma proposta comercial para ser efetivada após o término da guerra. Concorda-se que esses discursos podem ter agilizado o processo de efetivação dessas propostas, mas não motivado sua elaboração. As relações na área comercial, em 1939, passaram a exigir maior cuidado na abordagem das questões, em função do contexto de guerra. Para isso, este assunto passou a ser tratado diretamente pelos chefes do departamento de economia do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (Rahmeier, 2009, p. 250 e ss.).

Vargas pretendia manter a política externa em duas frentes, deixando abertas as possibilidades de negociação com os EUA e a Alemanha. No entanto, em seu governo havia posições divergentes. Os rumos da guerra demonstraram que as armas recomendadas na Alemanha não teriam como chegar aos portos brasileiros e que os EUA teriam de repensar a possibilidade de atender à demanda brasileira, caso desejasse ter este país como aliado. Os elos que uniam a Alemanha e o Brasil estavam se diluindo, pois as relações comerciais e militares foram barradas pelo bloqueio continental inglês. Só sobravam as relações políticas, baseadas em elos muito frágeis. A “condescendência pragmática”<sup>13</sup> brasileira em favor dos EUA tornou-se visível para a Alemanha em julho de 1941, quando os relatórios sobre a posição brasileira em relação à Alemanha passaram a ser pessimistas e os acordos comerciais com os Estados Unidos se confirmaram: a criação da siderurgia e a compra de armamentos.

As atitudes do governo brasileiro aumentaram as dúvidas alemãs em relação à manutenção da neutralidade do país. Algumas ações brasileiras reforçaram esse entendimento, entre elas, o fechamento, em setembro de 1941, de postos diplomáticos brasileiros nos territórios conquistados pela Alemanha. Isso ficou ainda mais nítido quando a diplomacia alemã soube da permissão que os EUA tiveram de criar, a partir de novembro de 1941, novos consulados no nordeste brasileiro. Isto é, quanto mais próximo do final do ano, maiores eram os indícios de uma possível mudança na posição brasileira, e as declarações de seus governantes tornavam-se cada vez mais inconstantes.

<sup>13</sup> Concepção teórica desenvolvida por Pinheiro (1995, p. 108-119).

O ataque japonês a Pearl Harbor, a declaração de guerra da Alemanha aos EUA e o fato de que o México e os países da América Central cortaram relações diplomáticas com a Alemanha criaram um clima de incerteza quanto aos rumos que os demais países latino-americanos adotariam. Com o intuito de prever os acontecimentos, a diplomacia e as forças armadas alemãs passaram a acompanhar os mínimos movimentos dos países sul-americanos naquilo que se referia à manutenção de sua posição de neutralidade. Alguns militares brasileiros constituíram uma das principais fontes de informações. Durante a Conferência do Rio de Janeiro, as ações diplomáticas da Alemanha se intensificaram junto a autoridades brasileiras, no intuito de que o país continuasse sendo neutro no conflito. Entretanto, a diplomacia alemã não conseguiu interceder pessoalmente junto a Vargas e Osvaldo Aranha, e por isso foram procurados outros parceiros que fizessem essa tarefa, como os representantes dos governos espanhol, português, chileno, argentino e demais países do Eixo (Rahmeier, 2009, p. 256 e ss.).

Somente quando já estava evidente a ruptura diplomática por parte do governo brasileiro, nos últimos dias de janeiro de 1942, as forças armadas alemãs autorizaram o adido militar, que atuava no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, a queimar alguns documentos e a efetuar o pagamento a três espiões alemães. Diferente foi o comportamento da diplomacia brasileira, que já havia feito esse movimento em dezembro de 1941, ato do qual membros do governo alemão tiveram conhecimento através da correspondência diplomática brasileira interceptada pela polícia alemã. Outro fato que também complicou as relações foram as ameaças feitas pela diplomacia alemã de que a decisão de ruptura seria o início efetivo de um conflito. Quer dizer, a Alemanha tentou, de diversas formas, impedir a decisão de ruptura diplomática; entretanto, o Brasil já estava fazendo movimentos para a sua concretização, isso porque a conjuntura de guerra permeava todas as ações diplomáticas, tanto do lado alemão quanto do lado brasileiro (Rahmeier, 2009, p. 269 e ss.).

As indefinições foram encerradas, oficialmente, com o corte das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo, em 28 de janeiro de 1942, ao final da III Reunião dos Chanceleres, ocorrida no Rio de Janeiro. Logo após esse acontecimento, a diplomacia alemã ainda tinha esperança de que, em algum momento, pudesse haver, por parte do Brasil, um retorno à condição de neutralidade, pois ainda não estava declarada a guerra, e somente havia uma maior aproximação entre o Brasil e os EUA.

Com a ruptura nas relações diplomáticas, foi necessário procurar governos que representassem os interesses alemães e brasileiros. Portugal passou a repre-

sentar o Brasil na Alemanha, e a Espanha representou a Alemanha no Brasil. Todavia, a Embaixada Alemã de Buenos Aires repassava a correspondência enviada por Prüfer e pela espionagem, além de dados divulgados pela imprensa. Isso mostra que a embaixada alemã em outros países também atuava para encaminhar dados sobre os cidadãos alemães no Brasil.

## A atuação dos submarinos alemães

Um dos principais campos de batalha da Alemanha, em 1942, passou a ser o mar, com o uso de submarinos. Conforme Churchill (2005, p. 617), entre 1940 e 1941, 14 submarinos afundaram 973 navios, nas principais áreas de combate, Mediterrâneo e Costa Norte da Europa. Isso se confirma ao analisar os dados, produzidos em janeiro de 1943, pelo *Oberkommando der Kriegsmarine* (Comando Supremo da Guerra de Marinha), sobre os sucessos dos submarinos alemães e as perdas dos inimigos (RM/7 – 2790 do BA MA). Conforme os dados alemães, até 31 de dezembro de 1942, foram atacadas embarcações que chegaram a atingir o peso de 24.748.401 BRT (*Brutto-Register-Tonnen* – registro bruto por tonelada). Com o fim de exemplificar parte da ação da marinha alemã, foram copiados, abaixo, os dados sobre o afundamento dos navios ingleses e dos países do continente americano (Quadro 1).

O Quadro 1 demonstra que a maioria dos navios atacados pelos submarinos alemães era da frota inglesa. Entre as embarcações afundadas dos países do continente americano, o Brasil, em questão de perdas, só ficou atrás dos Estados Unidos e do Panamá. Nesse mesmo documento, que totaliza 20 páginas, constam dados sobre as perdas dos diversos países durante o ano de 1942, possibilitando o registro em separado desse ano (Quadro 2).

Comparando os dados totais da marinha alemã a respeito de perdas do inimigo por toneladas, de 1939 a 1942 foram afundadas 24.748.401 toneladas. Somente durante 1942, os submarinos alemães destruíram 10.972.216 toneladas. Assim, conclui-se que, em 1942, ocorreu quase a metade dos afundamentos em relação aos executados nos três anos anteriores (1939 a 1941), demonstrando que, nesse ano, a guerra marítima teve o seu período auge.

Em 1942, também foram atacados navios de países neutros como Argentina e Chile. Entre as destruições de navios dos países americanos, novamente se destacam os Estados Unidos, com 583 embarcações torpedeadas, o Panamá, com 92 embarcações, e o Brasil, com 27. Os ataques dos submarinos alemães tinham por objetivo barrar a chegada de navios com suprimentos destinados ao consumo humano e para a indústria dos EUA.

**Quadro 1.** Perdas dos inimigos do começo da guerra até 31/12/1942.**Chart 1.** Enemies losses from the beginning of the war until December 31, 1942.

Nacionalidade	Navio de carga		Navio tanque		Total	
	Anz.	BRT	Anz.	BRT	Anz.	BRT
Inglaterra	2.830	11.208.244	294	1.994.213	3.124	13.202.457
EUA	522	2.331.748	147	1.019.295	669	3.351.043
Argentina	5	16.069	-	-	5	16.069
Brasil	29	107.161	3	13.886	32	121.047
Chile	4	4.027	-	-	4	4.027
Colômbia	2	291	-	-	2	291
República Dominicana	2	3.641	-	-	2	3.641
Honduras	6	13.740	-	-	6	13.740
Cuba	3	3.410	-	-	3	3.410
México	8	33.727	1	6.511	9	40.238
Nicarágua	3	3.299	-	-	3	3.299
Panamá	77	276.505	39	343.089	116	619.594
Uruguai	2	11.070	-	-	2	11.070
Venezuela	1	150	3	14.657	4	14.807

Fonte: Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffahrt*, com o código de arquivamento: RM/7 – 2790 do BA MA.

**Quadro 2.** Perdas dos inimigos no ano de 1942.**Chart 2.** Enemies' losses in 1942.

Nacionalidade	Navio de carga		Navio tanque		Total	
	Anz.	BRT	Anz.	BRT	Anz.	BRT
Inglaterra	1.227	4.401.937	129	827.015	1.356	5.228.952
EUA	444	2.009.062	140	945.302	583	2.954.364
Argentina	4	13.444	-	-	4	13.444
Brasil	25	96.767	2	6.816	27	103.583
Chile	2	3.054	-	-	2	3.054
Colômbia	2	291	-	-	2	291
República Dominicana	2	3.641	-	-	2	3.641
Honduras	5	10.756	-	-	5	10.756
Cuba	3	3.410	-	-	3	3.410
México	4	28.135	1	6.511	5	34.646
Nicarágua	2	2.653	-	-	2	2.653
Panamá	60	232.548	32	289.525	92	522.073
Uruguai	2	11.070	-	-	2	11.070
Venezuela	1	150	1	2.651	2	2.801

Fonte: Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffahrt*, com o código de arquivamento: RM/7 – 2790 do BA MA.

Um outro dado chama atenção: antes de 1942, foram atacados cinco navios brasileiros.<sup>14</sup> Os dados oficiais do governo brasileiro, para o período anterior a 1942, confirmam apenas o ataque, em março de 1941, ao navio Taubaté. Talvez houvesse por parte dos alemães a ampliação dos números ou outros afundamentos que o governo brasileiro considerou acidentes, mas que, na verdade, haviam sido atacados por submarinos alemães. Os dados da marinha alemã, ao comparar com os apresentados por Churchill (2005), são diferentes e superiores, fato que possibilita pelo menos duas hipóteses: uma, que essa diferença tenha ocorrido porque o primeiro-ministro inglês da época não teve acesso aos números de afundamento de todos os demais países; outra, que os números alemães foram ampliados para levantar a autoestima da sua marinha.

Com a declaração de guerra da Alemanha aos Estados Unidos, o Atlântico Norte se tornou uma nova área de combate. Durante o mês de janeiro de 1942, conforme Churchill (2005, p. 617), foram afundados 31 navios (quase 200 mil toneladas) perto da costa dos Estados Unidos e do Canadá. Em fevereiro, foram afundadas 71 embarcações (384 mil toneladas), sendo que destas apenas duas não estavam na zona continental americana. Entre os 71 navios afundados no Atlântico, durante o mês de fevereiro, estavam os navios brasileiros Buarque e Olinda.<sup>15</sup>

O governo brasileiro tentou, pela via diplomática, obter informações, junto ao governo alemão, a respeito daquilo que estava ocorrendo com seus navios. Com esse fim, em 26 de fevereiro de 1942, o diplomata português Graf Tovar, representante dos interesses brasileiros em Berlim, teve uma audiência no AA. Nesse momento, foram abordados, de forma não oficial, os ataques aos navios brasileiros Olinda e Buarque (R-29548 do PAAA, Band 1, 26/2/1942). Todavia, não se obtiveram informações oficiais da diplomacia alemã.

A marinha alemã estava executando ataques desordenados a todos os navios que transportavam matéria-prima para os EUA. Também se percebe que, nos primeiros meses desse ano, os oficiais alemães responsáveis pelos registros não estavam preparados para incorporar o registro dos dados de uma nova frente de batalha, pois as informações não tinham a mesma sequência lógica que passou a ocorrer a partir de abril.

O governo brasileiro, em março de 1942, reagiu ao torpedeamento de quatro de seus navios, através do decreto-lei nº 4.166. Nesse decreto, a ação que mais preocupou o Ministério das Relações Exteriores foi a prisão de cidadãos alemães, tanto que foram executados dois movimentos.

Primeiro, em maio, houve o contato com a Cruz Vermelha Internacional, para que esta averiguasse, junto ao governo brasileiro, a situação dos cidadãos alemães. Segundo, em junho, o próprio Ribbentrop redigiu um comunicado para a diplomacia espanhola afirmando que, se o governo brasileiro não mudasse sua atitude, seriam os cidadãos brasileiros na Alemanha que iriam sofrer as consequências. Entretanto, essa ação não teria o efeito esperado, pois o número de cidadãos brasileiros naquele país foi considerado insuficiente para alcançar a dimensão desejada. Também foi avaliado que não era o momento de se unir aos governos japonês e italiano nos protestos, pois deveria se esperar uma ocasião futura para revidar à violação efetuada pelo governo brasileiro, (R-106111 Band 2e R-41781 Band 1e do PAAA, 23/03/1942) pois, na Alemanha, havia 695 brasileiros, entre eles 502 descendentes de alemães, dos quais 88 estavam detidos. Na França, Holanda, Bélgica e Noruega, havia 70 brasileiros e destes, 30 estavam detidos (R-41406 Band 1 do PAAA, 14/03/1942). Provavelmente, as pessoas detidas eram os diplomatas brasileiros que estavam confinados em hotéis. A prisão de cidadãos brasileiros em território da Alemanha, ou por ela conquistado, conforme Perazzo (2002, p. 329), durante o ano de 1942, foi de só uma pessoa, a partir de outubro. Esse dado corrobora a interpretação que diz que, ao se utilizar o termo “detidos” (no plural), estivesse se fazendo referência aos funcionários dos postos diplomáticos brasileiros.

A partir de julho desse ano, contudo, a situação dos *Reichsdeutsche* presos no Brasil melhorou, fato que amainou os ânimos alemães. O repatriamento dos diplomatas alemães e brasileiros transcorreu com tranquilidade, pois foram atendidos os pedidos de ambos os lados. Prüfer tentou retardar sua saída do Brasil porque acreditava que, desse modo, conseguiria ampliar o número de cidadãos alemães a serem repatriados e, também, poderia analisar a situação brasileira *in loco*, mandando informações para a Alemanha, através de Buenos Aires. Entretanto, em agosto, o governo brasileiro restringiu sua liberdade de ação. Esse fato fez com que Prüfer retornasse ao seu país no próximo navio, com cidadãos repatriados, o que ocorreu no mês de setembro de 1942.

As ações e reações brasileiras para com os cidadãos alemães incomodavam a diplomacia alemã. Todavia, a colocação de canhões nos navios brasileiros, a partir de maio de 1942, irritou a marinha alemã. Tanto é que foi autorizado, na segunda quinzena de maio, o ataque aos navios sul-americanos armados que faziam o comércio com os Estados Unidos, com exceção dos argentinos e dos

<sup>14</sup> Nos registros alemães, não consta o nome dos navios, apenas a quantidade e o tipo de embarcação, carga ou tanque.

<sup>15</sup> Para maiores detalhes sobre o afundamento dos navios brasileiros, ver os trabalhos de Gama (1982), Seitenfus (1985), Brasil (1944) e Rahmeier (2009). Também existe o trabalho de Sander (2007), que faz uma abordagem jornalística sobre o tema.

chilenos. Essa situação ocasionou novos afundamentos de navios brasileiros, entre maio e junho de 1942. Esse período foi o de maior interferência militar nas relações entre a Alemanha e o Brasil, tanto no sentido de se questionar e gerenciar as regras para os ataques dos submarinos, quanto no sentido de planejar um ataque aos portos brasileiros, além do acompanhamento de todas as negociações diplomáticas para o repatriamento e das prisões das pessoas com cidadania alemã no Brasil (Rahmeier, 2009, p. 302 e ss.).

Em fins de maio de 1942, a Força Aérea Brasileira divulgou que submarinos do Eixo foram atacados, sendo que um teria sido afundado. A notícia espalhada não foi confirmada pelos militares alemães e italianos, todavia a suposta ação proporcionou a certeza de que o Brasil pretendia executar atitudes de guerra, mesmo não tendo declarado, situação que se tornava mais complexa a cada dia. O ânimo alemão, principalmente dos militares, era bem pessimista, tanto que até se intensificou a discussão do planejamento de um possível ataque a portos brasileiros, que já havia sido planejado dias antes. Em junho, diversos militares se envolveram nesse debate, gerando vários documentos. Esse fato demonstra que a ação não foi elaborada por um único militar; ao contrário, envolveu diversas pessoas que estavam incomodadas com a ação do governo brasileiro e desejavam diminuir o fornecimento de matérias-primas para os Estados Unidos. Ao final, Hitler desistiu da ação, em função do contexto político com a Argentina e o Chile (Rahmeier, 2009, p. 228 e ss.).

Nos registros da marinha alemã, entre fevereiro e julho de 1942, sobre o afundamento dos 13 navios mercantes brasileiros, consta que ou os navios não teriam sido identificados antes do ataque, ou foram atacados porque o ataque a todos os navios sul-americanos armados havia sido liberado, ou porque tiveram atitude suspeita ou escolta de outros navios. Quer dizer, internamente, as ações dos submarinos alemães se justificavam; entretanto, perante o governo brasileiro, os ataques eram características de beligerância. Nesse sentido, tanto a Alemanha quanto o Brasil tomaram atitudes beligerantes, enquanto, formalmente, haviam apenas cortado as relações diplomáticas.

Em agosto, a situação não apresentava mais possibilidade de volta, pois os ânimos estavam exaltados, de ambos os lados. O Comando de Guerra da Marinha Alemã autorizou manobras na costa brasileira, ocasionando o ataque a cinco navios de passageiros e a morte de mais de 600 pessoas pelo submarino alemão U-507. Esse ato foi a justificativa para o Brasil declarar guerra à Alemanha e à Itália. A situação não foi pior porque a comoção dos argentinos e dos chilenos, juntamente com as declarações desses países, levou o *III Reich* a decidir pela retirada da frota naval alemã do litoral brasileiro e pela suspensão de ações naquele momento (Rahmeier, 2009, p. 340 e ss.).

## Considerações finais

As relações entre Brasil e Alemanha, no período de 1930 a 1942, conforme a documentação pesquisada, foram guiadas pelas circunstâncias. Confirma-se a presença de partidários nazistas, mas não constitui ameaça ao regime governamental vigente no Brasil. As relações diplomáticas, políticas e militares foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, isto é, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam predeterminadas. Por isso, uma análise desse período exige detalhamentos. Com o início da guerra na Europa, as ações diplomáticas foram subordinadas aos interesses militares, mas não há indícios de que o *III Reich* pensasse em conquista territorial na América. O processo de total rompimento diplomático foi lento, gradual e complexo, além de guiado pelas circunstâncias de cada momento. Em janeiro de 1942, o Brasil e a Alemanha cortaram relações diplomáticas, em função de acordos realizados entre os países americanos. Entretanto, somente com a declaração de guerra, em agosto, ficou explícito que o rompimento das relações diplomáticas entre os regimes vigentes nos dois países era total, sem nenhuma possibilidade de reatamento.

## Referências

- ALVES, V. 2002. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora da PUC-Rio/Edições Loyola, 207 p.
- BARTELT, D.D. 1991. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1931-1939*. Berlim, Alemanha. Dissertação de Mestrado, Freie Universität Berlin, 212 p.
- BRASIL. 1944. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vols.
- CHURCHILL, W. 2005. *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2 vols., 640 p.
- CORSI, F.L. 1993. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: T.SZMRECSANYI; W. SUZIGAN (orgs.), *História econômica do Brasil contemporâneo*. 2ª ed., São Paulo, EDUSP, p. 3-16.
- DIETRICH, A.M. 2007. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 301 p.
- GAMA, A.O.S. da. 1982. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Capemi, 291 p.
- GAMBINI, R. 1977. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo, Símbolo, 175 p. (Coleção Ensaio e Memória, 4).
- GAUDIG, O.; VEIT, P. 1997. *Der Widerschein des Nazismus: Das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasieliens und Chiles 1932-1945*. Hamburg/Berlin, Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 535 p.
- GERTZ, R. 1991. *O perigo alemão*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 87 p.

- GERTZ, R. 1999. História política. *Logos: Revista de Divulgação Científica*, 11(1):13-23.
- HARMS-BALTZER, K. 1970. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlin, Colloquium Verlag, 245 p.
- HILTON, S. 1977. *Sudística sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 375 vp. (Retratos do Brasil, 105).
- KEIPERT, M.; GRUPP, P. 2000. *Biographisches Handbuch des deutschen Auswärtigen Dienstes 1871-1945*. Hrsg. v. Auswärtigen Amt - Historischer Dienst. Bd. 1: A-F, bearb. v. Johannes Hürtel, Martin Kröger, Rolf Messerschmidt und Christiane Scheidemann. Paderborn.
- LOPES, R. 2008. *Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro, Lexikon Editora Digital, 543 p.
- LUTHER, T. 2004. *Volkstumspolitik des Deutschen Reiches – 1933-1938: Die Auslanddeutschen im Spannungsfeld zwischen Traditionalisten und Nationalsozialisten*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 217 p.
- MAGALHÃES, M.B. de. 1998. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas/São Paulo, Ed. da UNICAMP/FAPESP, 258 p.
- MORAES, L.E. de S. 2005. *Konflikt und Anerkennung: Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlin, Metropol, 296 p.
- MOURA, G. 1980. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 195 p.
- MÜLLER, J. 1997. *Nationalsozialismus in Lateinamerika: Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945*. Stuttgart, Heinz, 567 p.
- ORLANDI, E.P. 2005. *Análise de discurso*. 6ª ed., Campinas, Pontes, 100 p.
- PERAZZO, P.F. 2002. *Prisioneiros de guerra: os cidadãos do Eixo nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 454 p.
- PINHEIRO, L. 1995. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. *Revista USP*, 26:108-199.
- RAHMEIER, A.H.P. 2009. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 390 p.
- RÉMOND, R. 1996. Do político. In: R. RÉMOND (org.), *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, p. 441-450.
- SANDER, R. 2007. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro, Objetiva, 257 p.
- SEGA, R. 2002. História e política. *História: Questões e Debates*, 376:183-195.
- SANTANA, S.B.B. 1991. *História palinódica (significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 880 p.
- SANTANA, N.M.C. de. 2005. *O confronto dos nacionalismos: Getúlio Vargas e a repressão ao nazismo no Brasil dos anos 30/40*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 233 p.
- SEYFERTH, G. 1982. *Nacionalismo e identidade étnica: ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis, Fcc, 224 p.
- SEITENFUS, R.A.S. 1985. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo/Brasília, Ed. Nacional/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 488 p.

## Fontes primárias

- POLITISCHEN ARCHIV DES AUSWÄRTIGES AMTS (PAAA). ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA. Documento do conselheiro Schubert, Pol IX 397, de 8 de fevereiro de 1939, arquivado no *Politische Abteilung IX* pasta *Brasilien – Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* [12.1938 a 4.1939, Band 4], com o código de arquivamento: R-104942.
- POLITISCHEN ARCHIV DES AUSWÄRTIGES AMTS (PAAA). ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA Documento interno do AA, de 28 de março de 1939, Pol IX 513, arquivado no *Politische Abteilung IX*, pasta *Brasilien – Politische Beziehungen Brasilien zu Deutschland* [12.1938 a 4.1939, Band 4], com o código de arquivamento: R-104942.
- POLITISCHEN ARCHIV DES AUSWÄRTIGES AMTS (PAAA). ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA Registro nº 151 da audiência entre diplomata português e Woermann, de 26 de fevereiro de 1942, arquivado dentro do *Büro des Staatssekretärs*, na pasta *Brasilien* (4.1938 a 2.1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-29548.
- POLITISCHEN ARCHIV DES AUSWÄRTIGES AMTS (PAAA). ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA. Documento interno datado de 23 de março de 1942, assinado por Morah, arquivado tanto no departamento *Kriegsrecht*, na pasta *Deutsche Zivilgefangene im Ausland – Brasilien* (janeiro a junho de 1942, Band 1), com o código de arquivamento: R-41781 do PAAA, quanto dentro do *Handakten Wiebl*, na pasta *Brasilien* (10.1939 a 06.1942, Band 2), com o código de arquivamento: R-106111.
- POLITISCHEN ARCHIV DES AUSWÄRTIGES AMTS (PAAA). ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA. Diplógerma interno, R7330, de 14 de março de 1942, arquivado dentro do *Kriegsrecht – Fremde Zivilgefangene in Deutschland*, na pasta *Brasilien* (1.1942 a 1944, Band 1), com o código de arquivamento: R-41406.
- BUNDESARCHIV: MILITÄRARCHIV IN FREIBURG (BA MA). ARQUIVO NACIONAL ALEMÃO – ARQUIVO MILITAR EM FREIBURG. Documentação do departamento *Akten der Abteilungen und Amtsgruppen*, pasta *Gruppe Fremde Handelsschiffahrt – Feindliche Handelsschiffstonnage – Handelsschiffsvorluste*, com o código de arquivamento: RM/7 – 2790.

Submetido: 24/03/2013

Aceito: 30/04/2013